

MPF pede medidas urgentes para proteger terras indígenas Kanela no Maranhão

Category: BRASIL,GERAL,MEIO AMBIENTE

escrito por Maria Luiza | 28 de maio de 2026



A ação foi movida contra a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a União, o estado do Maranhão e o município de Fernando Falcão.

Segundo o MPF, houve falhas do poder público na proteção territorial e ambiental das comunidades indígenas. As investigações começaram em 2023, após denúncias encaminhadas pelo Conselho Indigenista Missionário no Maranhão (Cimi-MA) sobre crimes cometidos na região.

Em caráter de urgência, o MPF pede que os órgãos responsáveis apresentem, em até 30 dias úteis, um plano emergencial provisório para proteger as terras indígenas Porquinhos e Kanela. O documento deve informar as ações que serão adotadas, o cronograma de execução e os mecanismos de monitoramento.

O órgão também pediu que o estado do Maranhão suspenda imediatamente licenças e autorizações concedidas para atividades agrossilvipastoris na Terra Indígena Porquinhos, ou comprove o cancelamento desses atos.

De acordo com as investigações, indígenas têm sido ameaçados por madeireiros e pela extração ilegal de madeira. Roças da

comunidade também teriam sido incendiadas, e o fogo chegou a atingir casas dentro da aldeia enquanto moradores participavam de uma festa cultural na Aldeia Escalvado.

As apurações apontam ainda aumento da presença de fazendeiros, madeireiros e pessoas não indígenas na região, além do avanço do desmatamento ilegal, da destruição do cerrado e da exploração das florestas. Segundo o MPF, a Terra Indígena Porquinhos esteve entre as terras indígenas mais desmatadas do país em 2023.

Relatórios citados na ação também indicam problemas em licenças ambientais emitidas no entorno das terras indígenas. Ainda segundo o MPF, cerca de 12 fazendas ocupam, total ou parcialmente, áreas reivindicadas pelos indígenas, sem consulta prévia às comunidades.

A procuradora da República Anne Caroline Aguiar afirmou que a situação representa um processo contínuo de violação de direitos.

“Tais circunstâncias evidenciam que não se trata de danos pontuais ou isolados, mas de um processo contínuo de erosão dos direitos fundamentais das comunidades indígenas, com impacto direto sobre sua reprodução física, cultural e espiritual”, disse.

A Terra Indígena Kanela já é oficialmente reconhecida pela União. Já a Terra Indígena Porquinhos tem uma área demarcada, mas os indígenas reivindicam a ampliação do território tradicionalmente ocupado. Esse processo ainda não foi concluído.

Um diagnóstico técnico feito em 2022 pelo Centro de Trabalho Indigenista apontou avanço da soja, desmatamento do cerrado, uso frequente de agrotóxicos, contaminação ambiental, redução da fauna, impactos nos rios e abertura de estradas ilegais nas terras indígenas Porquinhos e Kanela.

Ao final da ação, o MPF pede a criação de uma instância permanente de articulação entre os órgãos públicos e os povos indígenas para coordenar a proteção das terras indígenas.

O órgão também requer que União e Funai adotem medidas permanentes de proteção territorial, com plano de contingência, monitoramento contínuo, retirada de invasores e reforço na fiscalização.

Em relação ao estado do Maranhão, o pedido inclui o cancelamento e a suspensão de licenças ambientais consideradas irregulares, reforço da segurança pública e medidas preventivas no entorno das terras indígenas.

O município de Fernando Falcão deve participar das ações de proteção e não autorizar intervenções que afetem os territórios indígenas. Já o Ibama deve intensificar a fiscalização ambiental e adotar medidas imediatas contra infrações.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
28/05/2026/08:12:41

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)

- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogreso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
-Site: www.folhadoprogreso.com.br e-mail: folhadoprogreso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Lignosulfonato de sódio no Brasil: onde e por que ele é utilizado](#)